



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE  
HISTÓRIA: TEORIAS E METODOLOGIAS**

**THAÍS DIAS ROSA**

**CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO  
DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA ALUNOS  
COM TDAH**

**CAJAZEIRAS - PB  
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE  
HISTÓRIA: TEORIAS E METODOLOGIAS**

**THAÍS DIAS ROSA**

**CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO  
DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA ALUNOS  
COM TDAH**

Trabalho de Conclusão e curso submetido a Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, campus Cajazeiras, como parte dos requisitos de obtenção do título de especialista em Ensino de História.

Orientador: Professor Dr. Israel Soares Sousa

**CAJAZEIRAS - PB  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

R788c	<p>Rosa, Thaís Dias. Caminhos para uma educação inclusiva no ensino de História: possibilidades didáticas para alunos com TDAH / Thaís Dias Rosa. – Cajazeiras, 2024. 25f. : il. Color. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa. Monografia (Especialização em Ensino de História: Teorias e Metodologias) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Educação inclusiva - Ensino de História. 2. Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade. 3. Ensino de História. 4. Adaptação curricular - Educação inclusiva. 5. Didática - Atividades lúdicas. I. Sousa, Israel Soares de. II. Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS <span style="float: right;">CDU – 376</span></p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

THAÍS DIAS ROSA

**CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO  
DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA ALUNOS  
COM TDAH**

**BANCA EXAMINADORA**

**Aprovado em 13 de setembro de 2024.**

Documento assinado digitalmente  
 ISRAEL SOARES DE SOUSA  
Data: 23/10/2024 07:11:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Israel Soares de Sousa**  
**(Orientador – UFCG)**

Documento assinado digitalmente  
 ANA LUNARA DA SILVA MORAIS  
Data: 25/10/2024 12:52:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Lunara da Silva Morais**  
**(Membro Interno – UFCG)**



---

**Prof.<sup>a</sup> Ma. Raquel Leão de Bastos**

**(Membro Externo – UFPB)**

## RESUMO

Este artigo explora caminhos para uma educação inclusiva no ensino de História, com foco em alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Discute-se a trajetória da inclusão educacional no Brasil, as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de adaptação curricular, e apresenta possibilidades didáticas para a promoção de um ensino de História significativo para discentes com TDAH. A partir de uma revisão dos marcos legais, e das análises de SEFFNER (2001); FREITAS (2004); ABDA (2004); SEFFNER (2001) e BITTENCOURT (2008) o texto propõe estratégias didáticas e metodologias que visam integrar os alunos com TDAH ao processo de aprendizagem, destacando o uso de atividades lúdicas, interativas e adaptadas. Além disso, são apresentadas sugestões para o uso de recursos visuais e a importância da formação continuada dos docentes para enfrentar os desafios da educação inclusiva. O artigo conclui que a inclusão efetiva depende tanto da adaptação de métodos pedagógicos quanto do suporte institucional e familiar.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; TDAH; Ensino de História e Adaptação Curricular.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. BREVE ANÁLISE DOS MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	9
3. PERFIL DO ALUNO COM TDAH E ALGUMAS POSSIBILIDADES DIDÁTICAS.....	11
4. POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS.....	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	22

## 1. INTRODUÇÃO

Levando em consideração o cenário atual e as configurações das salas de aulas na atualidade, o presente artigo pretende discutir brevemente algumas questões como 1) a trajetória legal da inclusão da pessoa portadora do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) no processo educativo formal, 2) a análise de caminhos e estratégias para que o Ensino de História possa ser significativo para alunos com TDAH, e 3) propor atividades diáticas voltada para o ensino de História que valorize as especificidades de alunos com deficiência, mais especificamente, discentes com TDAH.

Ao longo dos meus anos de experiência docente, notei que, apesar dos avanços legais e das normas educativas direcionadas a educação inclusiva, a realidade na sala de aula ainda apresenta inúmeros desafios. Minha formação inicial não contemplou uma preparação adequada para a educação inclusiva, o que me fez buscar estratégias e metodologias que me permitissem exercer o papel de professora de forma mais eficaz, caminhando para a garantir de um ensino acessível e de qualidade para alunos com deficiências.

Frequentemente, observava alunos com dificuldades em compreender as aulas de História ou que, mesmo entendendo os conceitos abordados, não conseguiam expressar seus aprendizados. As provas sempre foram um desafio, pois os métodos e modelos propostos não levavam as dificuldades dos alunos com deficiência em consideração e dessa forma os resultados quase nunca atingiam o sucesso esperado. Diante disso, senti a necessidade de buscar mecanismos que tornassem os instrumentos avaliativos e exercícios mais acessíveis, permitindo não só uma avaliação justa e adaptada, mas a oportunidade de um estudo e da construção de uma aprendizagem que possa ser condizente com as particularidades de cada aluno.

Professores formados há pouco mais de vinte anos não tiveram em suas graduações propostas curriculares com disciplinas que os auxiliassem na realidade da inclusão na sala de aula, mesmo porque crianças com deficiências eram relegadas do ensino e, às vezes, só as mais abastadas podiam pagar pela sua escolarização. Ainda que a Constituição de 1988, previsse o acesso amplo à educação, foi somente em 2002 que o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu os cursos de licenciaturas as diretrizes para uma formação que visava atender as diversidades étnicas, culturais, sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira, tentando assim, contemplar os conhecimentos necessários para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais

específica (BRASIL, 2002).

Além da recente atenção do Ensino Superior aos alunos com deficiência, outro entrave ainda dificultava a implementação de uma educação inclusiva. Tendo em vista que, por muito tempo, os estudantes com deficiências eram atendidos fora do horário regular de aulas o que, por sua vez, resultava em uma exclusão do processo de socialização escolar. A saber:

Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão pedagógica. (BRASIL, 2008, p.14).

A inclusão dos alunos com deficiência ao período regular de aulas só passou a acontecer após a instituição do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015). O statuto, além de assegurar os direitos básicos as pessoas com deficiência, também garantiu a matrícula em turmas regulares a esses mesmos indivíduos na Educação Básica.

Dessa forma, podemos refletir que o processo de inserção e preocupação com o processo de ensino e aprendizagem para discentes com deficiência como, por exemplo, o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), ainda caminha a passos lentos para a contemplação de sua inclusão completa na Educação Básica brasileira.

Dentre os vários cenários que podem ser explorados para o desenvolvimento de suas potencialidades de inclusão, podemos citar a formação continuada que sabemos ser essencial para um professor, tendo em vista que a sociedade está em constante mudança e o docente precisa lidar com a heterogeneidade presente em uma sala de aula, tendo em vista que, conforme Moraes e Silva:

A importância da formação contínua se dá através das perspectivas do professor sobre a melhora e avanços de seus saberes, resultando assim no desenvolvimento educacional, o docente que ingressa em uma formação contínua, além de estar buscando o aperfeiçoamento de suas técnicas profissionais e saberes, ele está vislumbrando melhores práticas de ensino para que o aprendizado dos discentes seja construído e efetivado da melhor maneira possível através de sua

mediação. (MORAES; SILVA, 2023,p 08).

Assim como a discussão sobre uma formação contínua dos professores a ampliação e valorização do debate acerca da educação inclusiva possibilitou novos caminhos e estratégias para que a educação, como direito de todos, fosse de fato pleiteada, haja visto a luta da comunidade de pessoas com deficiência e os esforços jurídicos que diversos dispositivos legais propuseram (Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Lei nº 12.764/12 - Lei Berenice Piana; Decreto nº 7.611/11; Lei nº 13.146/15 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; Lei nº 13.005 – Plano Nacional de Educação). No entanto, o caminho da educação inclusiva ainda é longo e cheio de barreiras, seja na socialização em sala de aula ou na proposição de práticas educacionais, segundo Silva:

Entretanto, isso traz a todos os âmbitos do ensino a sensação de enfrentamento de um grande desafio: encontrar metodologias de ensino e recursos diferenciados que assegurem êxito na tarefa de atingir os objetivos curriculares básicos propostos as crianças com necessidades educativas especiais. As escolas precisam estar capacitadas para receberem seus alunos tendo em vista um ambiente organizado, programações diferenciadas, material pedagógico diversificado e, principalmente, um clima de aceitação de diferenças interpessoais. (SILVA, 2015, p. 143).

No ensino de História, essa é uma realidade ainda mais complexa e que precisa avançar muito, seja porque as licenciaturas ainda não apresentam em seus Projetos Pedagógicos de Cursos-PPCs disciplinas que tratem de maneira mais detalhada sobre as questões de inclusão, seja porque a natureza abstrata dos conteúdos das disciplinas dificultam as percepções dos professores acerca dos aprendizados discentes, que podem ser complexos e distintos. Nesse sentido, uma prática de ensino de História tradicional e memorizante pode dificultar ainda mais as aprendizagens dos alunos com deficiência, sendo necessário de estratégias diferenciadas por parte dos professores de História para que a aproximação desses alunos com a História possa ser mais prazerosa e proveitosa.

Dessa forma, pretende-se discutir a elaboração de uma proposta didática para o Ensino de História voltada para os alunos que apresentam um quadro de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). A proposta não visa encontrar respostas definitivas ao processo de ensino e aprendizagem, mas sim, explorar os desafios e superações para a construção de um processo educativo capaz de atender diferentes demandas da sociedade.

## 2. BREVE ANÁLISE DOS MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é marcada por uma série de avanços legislativos e normativos que refletem um crescente compromisso com a inclusão de alunos com deficiência e que resultam de uma intensa mobilização da comunidade de pessoas com deficiências físicas e intelectuais, não podendo ser entendidas como presentes do Estado, mas como resultado de conquistas de lutas. Inicialmente, a Constituição Federal de 1988 artigo 205º, artigo 206º, inciso I, artigo 208º, inciso III, estabeleceu o direito à educação para todos os cidadãos, promovendo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A saber:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Já em 1996, o estado brasileiro sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que reafirmou a importância da educação inclusiva, destacando o artigo 4º, inciso 3 que assegura o:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988).

A LDB foi um passo crucial para a integração dos alunos com necessidades especiais no sistema educacional brasileiro, buscando promover a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva (BRASIL, 1996).

Em 2002, o Conselho Nacional de Educação, publicou a resolução CNE/CP nº 1, que por sua vez, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, enfatizando a importância da preparação docente para atender à diversidade étnica, cultural, social, política e econômica da sociedade

brasileira. Esse documento ressaltou a necessidade de os cursos de licenciatura incluírem em suas propostas curriculares disciplinas voltadas para a educação inclusiva, preparando os futuros professores para lidar com a heterogeneidade presente nas salas de aula (BRASIL, 2002). Porém, essa é uma realidade que precisa avançar, pois muitas licenciaturas não se adequaram a esse desafio, não por falta de vontade; mas, pela complexidade da demanda e pela falta de investimentos em preparações técnicas e teóricas na formação dos próprios professores que atuam nas licenciaturas. O PPC de História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande é um exemplo desta situação. A proposta curricular do Curso não dispõe de nenhuma disciplina que trate de questões de inclusão, ficando esse tema a ser tratado nas disciplinas da área de Educação, como Didática e Psicologia da Educação V, que também apresentam outras demandas a serem tratadas.

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) consolidou muitos dos avanços anteriores, estabelecendo uma série de direitos para as pessoas com deficiência, incluindo a matrícula compulsória em instituições de ensino regular e a garantia de atendimento educacional especializado. Foi a referida lei que garantiu o direito da adaptação de avaliações, tempo extra para a resolução de atividades e assistência profissional para pessoas com deficiência em ambiente acadêmicos. A saber:

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa; (BRASIL, 2015).

O Estatuto, entre suas diversas diretrizes, apresenta propostas de promoção da igualdade e da não discriminação e do capacitismo:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie

de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.(BRASIL, 2015).

O diagnóstico da educação especial no Brasil revela um cenário de desafios e avanços. Historicamente, a educação de alunos com deficiência era caracterizada por um atendimento segregado, no qual esses alunos eram ensinados em escolas ou classes separadas, o que dificultava sua socialização e desenvolvimento pleno. Com a implementação das políticas de inclusão, houve uma mudança significativa nesse paradigma, promovendo a integração desses alunos no ensino regular. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, inclui orientações específicas para a educação inclusiva, enfatizando a importância de práticas pedagógicas que considerem a diversidade e promovam a igualdade de oportunidades para todos os alunos (BRASIL, 2018).

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular apresenta desafios específicos que exigem adaptações pedagógicas e estratégias de ensino diferenciadas para garantir a efetiva aprendizagem desses alunos. O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), segundo a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde é um transtorno neurobiológico que afeta o controle dos impulsos, a capacidade de concentração e a hiperatividade, tornando indispensável um compromisso contínuo de todos os atores envolvidos no processo educacional para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva. Apesar dos avanços legislativos e normativos, a formação continuada dos professores, a adaptação dos materiais didáticos e a promoção de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo há muito o que se pensar e fazer a fim de garantir que todos os alunos, independentemente de suas especificidades, possam alcançar seu pleno potencial educacional (BRASIL, 2011).

### **3. PERFIL DO ALUNO COM TDAH E ALGUMAS POSSIBILIDADES DIDÁTICAS**

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico que se manifesta por uma combinação de fatores. De acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno do Déficit de Atenção

com Hiperatividade publicado pelo Ministério da Saúde em 2022, o TDAH pode ser caracterizado por uma tríade de sintomas envolvendo desatenção, hiperatividade e impulsividade em um nível exacerbado e disfuncional. Esses sintomas podem se apresentar em diferentes graus, impactando significativamente o desempenho acadêmico e social do aluno, uma vez que:

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) foi definido na quarta edição do Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais (DSM-IV), publicada em 1994 e revisada em 2000 pela Associação Americana de Psiquiatria (APA, 1994), como um transtorno mental caracteristicamente infantil, cujos sintomas desenvolvem-se antes dos sete anos de idade. Alterações categoriais são, entretanto, observadas no texto da quinta edição - o DSM-V (APA, 2013) -, no qual o TDAH foi redefinido como um problema de neurodesenvolvimento associado a fatores prognósticos e de risco (temperamentais, ambientais, genético-fisiológicos, interacionais), cujos sintomas são verificados antes dos doze anos de idade, o que pressupõe um acompanhamento clínico durante a infância e adolescência e a expansão do diagnóstico em direção à vida adulta. Ainda que não existam resultados de pesquisa e testes conclusivos acerca das modificações cerebrais específicas relativas ao TDAH, essa definição categorial orienta a prática clínica psiquiátrica em diferentes países. (BARBARINI, 2020, p.2).

Entre as diversas instituições e órgãos brasileiros que se dedicam ao estudo e entendimento de transtornos mentais encontramos a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), um grupo de pessoas com TDAH, sem fins lucrativos, fundada em 1999, com o objetivo de disseminar informações científicas bem como capacitar profissionais de saúde e educação.

Segundo a ABDA<sup>1</sup> (Associação Brasileira do Déficit de Atenção), alunos com TDAH podem exibir dificuldade em prestar atenção a detalhes, frequentemente cometendo erros por descuido, e em manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas. Eles podem parecer não ouvir quando são diretamente abordados e têm dificuldades em seguir instruções e finalizar tarefas escolares, bem como em organizar tarefas e atividades. Muitas vezes, evitam ou relutam em se envolver em tarefas que exigem esforço mental contínuo, perdem objetos necessários para suas tarefas e atividades, se distraem facilmente com estímulos externos e se esquecem de realizar atividades diárias. Essas características são fatores que não impedem que esses alunos aprendam; mas, aumentam os desafios para os professores, principalmente os de História, que têm como natureza de seus conteúdos a necessidade do entendimento de conceitos abstratos

---

<sup>1</sup>Disponível em: <https://tdah.org.br/tdah-guia-para-professores/>. Acesso em 15 de julho de 2024.

e a apreensão de processos que não são sensíveis; ou seja, abstrações que exigem maior esforço de concentração e a adoção de estratégias que despertem nos alunos o interesse em se aproximarem desse tipo de conhecimento.

Além da questão do próprio conteúdo, é preciso entender que o conhecimento histórico se dá com movimento e dinamismo; pois, é um saber dialético e em constante construção e não prevê leis e verdades incontestáveis; além disso, é uma disciplina que busca a mudança e a transformação do ser humano para uma postura crítica diante da realidade e, por isso, se estuda a partir da interação com os outros sujeitos, conforme nos aponta Bittencourt (2008):

Em história, não se entende como apreensão do conteúdo apenas a capacidade dos alunos em dominar informações e conceitos de determinado período histórico, mas também a capacidade das crianças e jovens em fazer comparações com outras épocas, usando, por exemplo, dados resultantes da habilidade de leitura de tabelas, gráficos e mapas ou de interpretação de textos. (BITTENCOURT, 2008, p.106).

Nesse sentido, o desafio dos professores de História é ainda maior, por isso a necessidade da busca de estratégias diferenciadas. De acordo com Souza (2023), a possibilidade da educação lúdica é uma possível alternativa:

A utilização de abordagens lúdicas no ensino de História, como jogos, atividades interativas e recursos tecnológicos, pode transformar a experiência de aprendizagem, tornando-a mais envolvente e significativa para os alunos. Essa abordagem encontra respaldo em teorias pedagógicas como a de Vygotsky (1988), que destaca a importância da interação social e da mediação cultural no desenvolvimento cognitivo. (SOUZA, 2023, s/p).

No aspecto da hiperatividade, esses alunos frequentemente ficam remexendo ou batendo as mãos e os pés, ou se contorcendo na cadeira. Tendem a se levantar em situações nas quais se espera que permaneçam sentados, correr ou subir demais em situações inapropriadas, têm dificuldade em brincar ou se envolver calmamente em atividades de lazer e falam excessivamente. Quanto à impulsividade, eles podem dar respostas antes das perguntas serem completadas, têm dificuldade em esperar a sua vez e frequentemente interrompem ou se intrometem em conversas ou jogos de outros. (ABDA, 2012)

Em 2021, o Congresso Nacional sancionou a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que apresenta e discute ações sobre o acompanhamento integral para alunos

com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, destacando a importância de um apoio educacional e terapêutico especializado. Com base nessa legislação os professores podem lançar mão de algumas estratégias para um bom processo de ensino e aprendizagem.

A lei é clara ao mencionar que se torna essencial adaptar o ambiente escolar para minimizar distrações e facilitar a concentração dos alunos com TDAH. A saber:

Art. 2º As escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental. (BRASIL, 2021).

Para isso manter a sala de aula organizada e com poucos estímulos visuais e auditivos pode ajudar a reduzir distrações. Além disso, colocar o aluno em um local estratégico, longe de janelas e portas, pode ser benéfico para minimizar estímulos externos que possam atrapalhar sua concentração.

No que se refere aos métodos de ensino, a ABDA sugere a utilização de aulas dinâmicas que envolvam o aluno diretamente no processo de aprendizagem, bem como metodologias ativas, exemplificando debates, dramatizações e trabalhos em grupo. Outra sugestão dada pelo órgão competente é a divisão das tarefas escolares em pequenas etapas, com objetivos claros e alcançáveis, para facilitar a concentração e a organização dos alunos. Além disso, o uso de recursos visuais, como mapas, linhas do tempo, vídeos e imagens para ilustrar o conteúdo histórico, torna a aprendizagem mais atrativa e compreensível.

O envolvimento da família no processo educacional é igualmente importante. Manter uma comunicação regular com os pais ou responsáveis, informando-os sobre o progresso e as dificuldades do aluno, é fundamental. Além disso, oferecer orientação e suporte para que a família possa ajudar o aluno em casa, promovendo uma rotina estruturada e incentivando hábitos de estudo, contribui significativamente para o sucesso educacional do aluno.

Essas estratégias, quando implementadas de forma integrada e contínua, proporcionam um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz para alunos com TDAH, especialmente na disciplina de História. Ao adaptar o ambiente escolar, utilizar métodos de ensino diversificados, planejar individualmente, fornecer apoio psicológico

e terapêutico, e envolver a família, é possível garantir que esses alunos alcancem seu pleno potencial educacional e social, promovendo uma educação de qualidade e inclusiva.

#### 4. POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS

Baseando-se nas informações discutidas até aqui e reconhecendo o papel do professor de História em sala de aula, esse tópico do artigo tem como objetivo apresentar possibilidades de atividades que proporcionem um processo de ensino aprendizagem significativos para os alunos com TDAH; tendo em vista que ainda existe uma grande dificuldade dos docentes ao se tratar da adaptação de atividades para alunos atípicos, haja visto que, segundo Bertol e Santos:

Os professores de modo geral se veem perdidos e com dificuldades em trabalhar com alunos que apresentam problemas de aprendizagem, muitas vezes pelo fato de não receberem nenhuma instrução ou capacitação, ou pela carência de materiais didáticos apropriados. (BERTOL; SANTOS, 2022, p.7).

Nossa ideia não é que essas atividades se apresentem como questões prontas, mas como pontos de partida para propostas pedagógicas que possam ser adaptadas pelos professores de História, a partir de suas próprias realidades e peculiaridades. É sugerido pela BNCC que alunos do sexto ano do ensino fundamental, anos finais, do componente curricular História, trabalhem a unidade temática intitulada: *tempo, espaço e formas de registro* que propõem a discussão das formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico (BRASIL, 1996). O objetivo é trabalhar habilidades relacionadas à identificação e a compreensão da produção histórica como a de identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas. (BRASIL, 1996). Essas são competências bases para a compreensão dos conhecimentos históricos como um todo.

Em consonância com Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) a proposta didática foi dividida em etapas e organizadas com enunciados e comandos diretos a fim de proporcionar um percurso de aprendizagem gradual e significativo garantido a possibilidade do aluno com TDAH demonstrar seus avanços e suas análises críticas acerca do uso e dos diferentes tipos de fontes históricas. É importante apontar que adaptar uma avaliação não significa simplificá-la. Uma atividade facilitada não é

sinônimo de inclusão efetiva. Fernandes (2019), acredita que a verdadeira adaptação consiste em criar caminhos que possibilitem o desenvolvimento do raciocínio lógico, crítico e a compreensão do que se é esperado de um aluno dentro de suas capacidades, tendo em vista que:

Uma atividade mais fácil não é sinônimo de mais conhecimento ou de inclusão, uma atividade mais fácil é aquela que busca abranger e abordar da melhor maneira o conteúdo, ajudando o aluno a pensar e raciocinar, compreender e entender o que está escrito, de acordo com o seu próprio desenvolvimento em sala de aula. É importante ressaltar que o TDAH não é sinônimo de falta de inteligência, mas sim de dificuldades de aprendizagem, por essa razão é preciso desenvolver atividades que viabilizem o aprendizado. (FERNANDES, 2019, p.20).

A proposta de atividades apresenta sete questões e pretende abordar diferentes formas metodológicas para se trabalhar a temática *fontes históricas e seus diferentes tipos* com alunos portadores do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

Levando em consideração que uma das características da pessoa com TDAH é a desatenção, Souza et al. (2021) levanta a hipótese da dificuldade dos alunos em prestar e manter a atenção por longos períodos, bem como desarmonia em responder corretamente quando algo lhe é solicitado, por esse motivo, sugere-se questões que sejam objetivas e diretas em seus comandos:

**Questão 01.** O que são fontes históricas?

**Questão 02.** Quais os tipos de fontes históricas existem?

**Questão 03.** Por que as fontes históricas são importantes?

O que aparentemente se apresenta como um questionário tradicional, para crianças atípicas, as perguntas curtas e diretas se apresenta como um primeiro exercício para a construção de saberes mais elaborados. Nesse sentido, também esperamos que as respostas dos alunos também sejam sucintas, uma vez que como citado pela ABDA pessoas com TDAH tem dificuldade de organizar suas tarefas e atividades, bem como tem dificuldade em executar tarefas que exigem esforço mental prolongado, o que não significa limitações nas aprendizagens, mas uma construção conceitual em ritmos diferentes das crianças típicas. Seguindo essa perspectiva Seffner (2001) afirma que:

Sempre será melhor que o aluno escreva pouco, mas de forma

original, do que nos apresente longas respostas, inteiramente copiadas de livros. Mas o melhor mesmo é que ele escreva o suficiente para explicitar suas posições com clareza, o que pode ser verificado no momento em que ele apresenta aos colegas ou ao professor o resultado de sua produção. (SEFFNER, 2021, p.43).

Outra metodologia eficaz são as de identificação, que nesse momento significa uma quebra na sequência de perguntas e respostas, variando o tipo de atividade e a operação cognitiva realizada pelo cérebro da criança, não só ampliando a possibilidade de aprendizagem, mas mantendo sua atenção na construção das atividades. Nesse sentido, propomos:



Na questão explicada, em que consiste em circular o tipo de fonte histórica correta, pode-se abordar artefatos do dia a dia, de conhecimento do aluno e para isso se torna fundamental que o professor conheça seu aluno e suas preferências pessoais. Dessa forma pode-se envolver diretamente a criança na resolução do problema proposto, dando a ele significado ao conteúdo aprendido e confiança na hora de expor sua resposta, visto que o ensino de História também precisa estar relacionado com o cotidiano dos estudantes, fazendo mais sentido para eles. Segundo Schmidt e Garcia:

<sup>2</sup>Figuras disponíveis em:

<https://depositphotos.com/br/vectors/crian%C3%A7as-dan%C3%A7ando.html>;

<https://br.freepik.com/vetores/mulher-cozinhando>;

<https://br.pinterest.com/alissilveira/sambista/>;

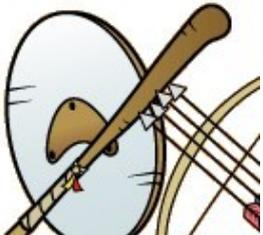
<https://br.pinterest.com/pin/739153357586367199/>;

<https://br.pinterest.com/pin/421368108868648722/>. Acesso em: 30 de julho de 2024.

Busca-se recuperar a vivência pessoal e coletiva de alunos professores e vê-los como participantes da realidade histórica, a qual deve ser analisada e retrabalhada, com o objetivo de convertê-la em conhecimento histórico, em autoconhecimento, uma vez que, desta maneira, os sujeitos podem inserir-se a partir de um pertencimento, numa ordem de vivências múltiplas e contrapostas na unidade e diversidade do real. (SCHMIDT; GARCIA, 2005,p. 300).

Nossa compreensão é a de que o uso de imagens pode associar o pensamento das crianças aos conceitos abstratos. Elas são capazes de fazer com que os alunos associem ações do dia a dia a processos mentais, colocando a criança a pensar em conceitos que não estão no seu raio de visão quando pensam sobre. A seguir, sugerimos outra atividade:

**Questão 05.**<sup>3</sup> Marque com X o que representar uma fonte imaterial.

<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	

Buscar o que lhe é solicitado entre material/imagens conhecidas do aluno é primordial para o sucesso da resolução, tendo em vista que uma das tarefas da aula de História é possibilitar que o aluno se interrogue sobre sua própria historicidade. Trazer elementos da atualidade é uma forma de auxiliar o aluno a se entender como integrante

<sup>3</sup>Figuras disponíveis em:

<https://pt.vecteezy.com/arte-vetorial/14399366-ilustracao-do-icone-do-vetor-dos-desenhos-animados-coliseu-conceito-de-icone-itinerante-de-edificio-famoso-isolado-vetor-premium-estilo-cartoon-plana;>

<https://pt.vecteezy.com/arte-vetorial/14399368-cristo-o-redentor-estatuia-ilustracao-do-icone-do-vetor-dos-desenhos-animados-conceito-de-icone-itinerante-de-edificio-famoso-isolado-vetor-premium-estilo-cartoon-plana;>

[https://luosapedagogia.blogspot.com/2012/04/dia-do-indio.html;](https://luosapedagogia.blogspot.com/2012/04/dia-do-indio.html)

<https://br.pinterest.com/pin/289215607327083582/>. Acesso em 30 de julho de 2024.

da História e levá-lo a perceber que seu presente está emaranhado de elementos do passado em seus projetos de futuro (SEFFNER, 2021).

Reforçamos ainda a importância da utilização de imagens nas atividades de História, pois as pesquisas apontam as potencialidades no uso de fontes imagéticas para a apreensão dos conteúdos pelos alunos. Conforme nos indica Viani (2022):

Na trilha desses pesquisadores, historiadores vêm-se dedicando ao estudo da iconografia, incluindo análise das denominadas “imagens tecnológicas”. Assim, novos meios, além do documento escrito e das imagens impressas, têm sido acrescidos ao estudo e compreensão da história, sendo que, tomando-se por base os meados do século XX, houve um significativo aumento de ilustrações em livros didáticos. (VIANI, 2022, p.92).

Outra metodologia em potencial para acessar alunos com TDAH é o uso de questões relacionais:

**Questão 06.**<sup>4</sup> Relacione as duas colunas.

<b>Fonte visual</b>	
<b>Fonte escrita</b>	
<b>Fonte oral</b>	

Essas questões exigem que o aluno faça conexões entre diferentes conceitos, informações ou imagens, o que pode ajudá-lo a manter a atenção tendo em vista que a mesma exige uma interação direta com o material, e pode facilitar o processamento das informações. Além disso, esse tipo de atividade permite que os alunos façam uso de suas habilidades de reconhecimento e associação, o que pode ajudar a consolidar o

<sup>4</sup>Figuras disponíveis em:

[https://conhecimentocientifico.r7.com/arte-rupestre-o-que-e/#google\\_vignette](https://conhecimentocientifico.r7.com/arte-rupestre-o-que-e/#google_vignette);

<https://www.redeicm.org.br/carmo/os-livros-ja-chegaram/>;

<https://www.tudosaladeaula.com/2022/07/atividade-fontes-historicas-4ano-5ano-com-texto-e-gabarito.html>. Acesso em 30 de julho de 2024.

aprendizado de maneira mais eficaz.

Podemos também oferecer aos alunos com TDAH questões que já oferecem uma estrutura, podendo direcionar reflexão e o pensamento, por exemplo:

**Questão 07.** Complete as frases com as palavras do quadro:

Fonte Histórica - Vestígios

Os \_\_\_\_\_ levam o historiador a conhecer o passado. Pois todo rastro humano é uma \_\_\_\_\_.

A proposta didática apresentada visa criar um ambiente de aprendizagem significativo para alunos com TDAH, mas também se preocupa em mostrar caminhos para que os professores consigam efetivamente atingir seus estudantes para que os mesmos possam desenvolver seu raciocínio crítico e compreender os conteúdos de maneira acessível e eficaz. Utilizando metodologias que consideram as características e necessidades específicas desses alunos, o professor de História tem a oportunidade de promover uma educação mais equitativa e inclusiva, garantindo que todos os estudantes possam participar ativamente do processo de construção do conhecimento histórico.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerar as dificuldades de suas turmas e as dificuldades específicas de cada estudante é crucial para o desenvolvimento do ofício do professor. Pensando nisso e reconhecendo a diversidade das salas de aulas, bem como as dificuldades cotidianas enfrentadas tanto por professores quanto por alunos, especialmente no que se refere à inclusão e adaptação de atividades pedagógicas esse artigo teve como objetivo buscar caminhos práticos e acessíveis para que o ensino de História possa ser mais inclusivo e significativo, especialmente para os alunos com TDAH.

O relato de crianças com TDAH não é recente, Freitas (2011), relata em suas pesquisas que existem diagnósticos médicos de mais de cem anos quando se trata da hiperatividade e do déficit de atenção, no entanto, a mesma afirma que nas últimas décadas vivemos um diferencial na intensidade desses números, e se preocupa em compreender como a escola vem lidando com essa questão. Nesse contexto, este artigo foi elaborado com o objetivo de explorar práticas pedagógicas que possam auxiliar no

processo de ensino e aprendizagem dentro do que se espera da disciplina de História.

Reconhecendo a diversidade das salas de aulas, bem como as dificuldades cotidianas enfrentadas tanto por professores quanto por alunos, especialmente no que se refere à inclusão e adaptação de atividades pedagógicas esse artigo teve como objetivo buscar caminhos práticos e acessíveis para que o ensino de História possa ser mais inclusivo e significativo, especialmente para os alunos com TDAH.

Apesar de ainda não ter sido aplicada em um contexto real de sala de aula, a proposta aqui apresentada foi cuidadosamente elaborada com base nas legislações e diretrizes vigentes, assim como em estudos e recomendações de especialistas na área de educação inclusiva. Ela reflete um esforço para alinhar as práticas pedagógicas às necessidades dos alunos com TDAH, sem comprometer a qualidade e a profundidade do conteúdo histórico a ser ensinado.

Entendemos que o sucesso de qualquer proposta educativa depende não apenas da sua concepção, mas também da sua implementação prática e da adaptação contínua às necessidades dos alunos e às condições reais de ensino, por esse motivo é essencial que os professores estejam preparados para adaptar suas estratégias de ensino bem como se faz necessário desenvolver habilidades de observação e flexibilidade pedagógica. O suporte institucional como as formações continuadas e até mesmo o apoio da família e da comunidade escolar se tornam essenciais nessa jornada de descoberta e enfrentamento dos desafios em busca de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Esse trabalho busca dar continuidade à discussão a respeito da inclusão dos alunos com TDAH na educação básica também visa de inspirar educadores na busca por metodologias que promovam uma aprendizagem significativa, para além das dificuldades dos estudantes. Embora saibamos que o caminho para uma educação inclusiva e de qualidade ainda seja longo, acreditamos que propostas como esta podem representar um importante passo na direção certa.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDA – Associação Brasileira do Déficit de Atenção. TDAH – *Guia para Professores*, 2012. Disponível em: <https://tdah.org.br/tdah-guia-para-professores/>. Acesso em 15 de julho de 2024.

BARBARINI, T. de A. Corpos, “Mentes”, Emoções: Uma análise sobre TDAH e socialização infantil. *Psicologia & sociedade*, v. 32, n.1, e173058, 2020.

BERTOL, R.; SANTOS, V. X. dos. *Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)*. 2018. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário Internacional UNINTER. Acesso em: 05 de julho de 2024.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 de julho de 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 mar. 2002. Seção 1, p. 9. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)>. Acesso em: 12 de março de 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. *Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) Acesso em: 12 de março de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 12 de junho de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. *Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 12 de março de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso

em: 12 de março de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 12 de março de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. *Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461>>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria no 555/2007, prorrogada pela Portaria no 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, DF, 7 jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Conjunta nº 14, de 29 de julho de 2022. *Dispõe sobre o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 146, p. 117, 3 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt/#>. Acesso: 11 de agosto de 2024.

CARON, L.; IVATIUK, A. L. Relações entre funções executivas e TDAH em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática. *Rev. Psicopedagogia*, v. 38, n. 116, p. 197-213, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20210023>. Acesso em: 18 de agosto de 2024.

FERNANDES, N de S. *Estratégias Pedagógicas na Aula de Língua Portuguesa para alunos com TDAH: Letramento, leitura e inclusão*. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/920>. Acesso em 22 de agosto de 2024.

FREITAS, C. R. de. *Corpos que não param: Criança, TDAH e escola*. 2011. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/32276>. Acesso em 24 de agosto de 2024.

LOURENÇO, R. da S.; MATOS, J. S. Ensino de História e os desafios para uma educação inclusiva. *Anais do II Seminário de Educação, Diversidade e Direitos Humanos*, v. 2, p. 1-5, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56579/sedh.v2i1.1149>.

Acesso em: 20 de agosto de 2024.

MORAES, M. H. V.; SILVA, V. N. Saberes Docentes e a importância da formação contínua do professor. *In: Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 09., 2023, João Pessoa, PB. Anais [...] João Pessoa, 2023. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV185\\_MD1\\_ID16871\\_TB7334\\_06102023112754.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID16871_TB7334_06102023112754.pdf)>. Acesso em: 12 de março de 2024.*

SCHMIDT, M. A. M. dos S.; GARCIA, T. M. F. B. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 18 de Agosto de 2024.

SEFFNER, F. Aprendizagens significativas em História: critérios de construção para atividades em sala de aula. *Revista História Unicruz*, Cruz Alta, v. 2, p. 18-23, 2001.